técnico superior Carlos David Sousa Gonçalves, ao abrigo do disposto no artigo 99.º da referida lei, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ficando posicionado na 2.ª posição remuneratória e no nível remuneratório 15, da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com efeitos a 1 de novembro de 2014.

11 de novembro de 2015. — O Vogal do Conselho Diretivo, *João Rosa*.
209255752

Aviso n.º 1280-K/2016

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de deliberação do Conselho Diretivo do ICNF, I. P., de 29 de julho de 2014, e obtida a anuência da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, se procedeu à consolidação da mobilidade interna na categoria, no mapa de pessoal do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., do técnico superior Nuno Miguel Marçal Farinha, ao abrigo do disposto no artigo 99.º da referida lei, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ficando posicionado na 2.ª posição remuneratória e no nível 15 da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com efeitos a 1 de novembro de 2014.

18 de novembro de 2015. — O Vogal do Conselho Diretivo, *João Rosa*.
209255785

Deliberação (extrato) n.º 112-A/2016

Considerando que:

Em 1 de julho de 2012 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, que aprovou a Lei Orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., tendo os seus estatutos sido aprovados pela Portaria n.º 353/2012, de 1 de outubro, e ainda criadas as unidades flexíveis pela deliberação n.º 287/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 23, de 1 de fevereiro, e pela deliberação n.º 1122/2013, alterada pela deliberação n.º 1124/2013, ambas publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 97, de 21 de maio;

Nos termos e ao abrigo do disposto n.º 4 do artigo 1.º dos Estatutos do ICNF, I. P., aprovados em anexo à aludida Portaria n.º 353/2012, de 31 de outubro, que permite a criação, modificação ou extinção de unidades orgânicas flexíveis, atendendo às necessidades prioritárias de gestão do Instituto, deliberou o seu Conselho Diretivo, em reunião de 16 de fevereiro de 2015, criar a Divisão de Fitossanidade Florestal e de Arvoredo Protegido, a funcionar na dependência do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas, Públicas e de Proteção Florestal;

A Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, estabelece que os cargos dirigentes podem ser exercidos, em regime de substituição, nos casos de vacatura de lugar;

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, e na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 25.º e no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, ambas na sua redação atual, o Conselho Diretivo deliberou, por unanimidade nomear, no cargo de chefe da Divisão de Fitossanidade Florestal e de Arvoredo Protegido, do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas, Públicas e de Proteção Florestal, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço e com efeitos reportados a 1 de abril de 2015, o licenciado José Manuel Gomes Rodrigues, técnico superior do mapa de pessoal do ICNF, I. P., o qual reúne os requisitos legais e é detentor de aptidão técnica para o exercício de funções de direção e de coordenação, conforme resulta da sinopse curricular, em anexo.

20 de outubro de 2015. — O Vogal do Conselho Diretivo, *João Rosa*.

Sinopse curricular

José Manuel Gomes Rodrigues Data de Nascimento — 19/04/1969
Formação Académica: Licenciatura em Engenharia Florestal
Experiência Profissional:

Técnico superior do ICNF, I. P.

Chefia na área da proteção florestal, com particular ênfase para as matérias relacionadas com a fitossanidade florestal e com a gestão de pragas florestais, de 2004 a 2012.

Responsável pela elaboração do Programa Operacional de Sanidade Florestal e pela coordenação e elaboração dos vários programas de atuação decorrentes, com vista à prevenção e controlo de agentes bióticos nocivos, com relevância para os diversos planos de ação, de contingência e de controlo atualmente existentes em Portugal. Desenvolvimento das bases estratégicas para prevenção e controlos de pragas florestais.

Integra o Grupo de Peritos da Comissão Europeia para discussão de matérias relacionadas com o controlo do nemátodo da madeira do pinheiro.

Integra o Grupo de Peritos da Comissão Europeia sobre Informação florestal, para implementação da Estratégia Florestal da União Europeia, módulo proteção florestal e pragas florestais.

Participação nas reuniões da Comissão Europeia promovidas para discussão de matérias relacionadas com a proteção florestal, no âmbito de vários grupos de trabalho e nas reuniões do Comité Permanente sobre plantas, animais, alimentação humana e animal — Secção Proteção de Plantas.

Participação como tutor e formador em cursos de formação, a nível nacional e internacional, dirigidos a inspetores fitossanitários, nomeadamente os promovidas pelas entidades nacionais com responsabilidade na área da fiscalização e controlo e, bem assim, os promovidos pela Comissão Europeia.

Participação na elaboração de artigos técnicos e científicos relacionados com a fitossanidade florestal e com a gestão integrada de pragas florestais.

209256051

Despacho (extrato) n.º 1748-E/2016

Por despacho de 23 de outubro de 2015, e ao abrigo do disposto no artigo 280.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi autorizado o pedido de licença sem remuneração pelo período de 6 meses, à técnica superior, Graça Maria Cabaço Louro, do mapa de pessoal deste Instituto, para o exercício de funções na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), com efeitos a 1 de novembro de 2015.

5 de novembro de 2015. — O Vogal do Conselho Diretivo, *João Rosa*.

209255922

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.

Deliberação n.º 112-B/2016

Distribuição de Pelouros e Delegação de Competências

Considerando o disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, nos artigos 21.º, n.ºs 1 e 2, e 38.º, n.º 3, da Lei-quadro dos institutos públicos aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, e republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, e no n.º 3 do artigo 5.º da Lei Orgânica do IMPIC, I. P., aprovada pelo Decreto-Lei n.º 232/2015, de 13 de outubro, o Conselho Diretivo do IMPIC, I. P., em 2 de novembro de 2015, deliberou o seguinte:

1 — Proceder à distribuição, pelos respetivos membros, dos vários pelouros de gestão das áreas de atuação do Instituto, nos seguintes termos:

1.1 — Ao presidente do conselho diretivo, licenciado Fernando José Oliveira Silva, fica atribuída a responsabilidade de supervisão das áreas/projetos não atribuídas aos restantes membros do conselho diretivo, nomeadamente:

- a) Área de regulação dos contratos públicos e das plataformas eletrónicas de contratação pública;
- b) Área de ações de inspeção, fiscalização e auditoria;
- c) Área de estudos, análises de mercado e iniciativas estratégicas;
- d) Área de comunicação e representação nacional e internacional.

1.2 — Ao vogal do conselho diretivo, licenciado João Santiago Leão Ponce Dentinho, fica atribuída a responsabilidade de supervisão das seguintes áreas/projetos:

a) Área de qualificação e licenciamento de empresas do setor da construção e do imobiliário e das plataformas eletrónicas de contratação pública, incluindo as competências previstas nas alíneas *b*) e *c*) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2015, de 13 de outubro, de decisão da atribuição, manutenção, alteração ou cancelamento dos títulos habilitantes para o exercício das atividades reguladas pelo IMPIC, I. P., bem como o reconhecimento das habilitações detidas por empresas estabelecidas noutros Estados membros do espaço económico europeu;

b) Área de gestão dos recursos humanos;

c) Área jurídica, com exceção da relativa à regulação dos contratos públicos e das plataformas eletrónicas de contratação pública;